



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO SETOR DE LICITAÇÕES E
COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA
PREFEITURA DE BARRA DO RIO AZUL – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura de BARRA DO RIO AZUL/RS
Rua das Rosas 268, Centro
Barra do Rio Azul – Estado do Rio Grande do Sul
CEP 99795-000

PROCESSO Nº 069/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

**OBJETO: Aquisição de Peças Genuínas para Motoniveladora
Caterpillar 140 H, de propriedade do município**

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. 76.527.951/0001-85, com sede à Rodovia BR 116, nº 11.807, Km 100, bairro Hauer, Município de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal, comparece à presença de ***Vossa Senhoria***, para apresentar

RECURSO

do ato da Comissão de Licitação que habilitou para o certame, interposto com fulcro no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no item 11 do Edital, pelas razões de fato e de direito doravante aduzidas.

I - SUMA DA QUAESTIO

Cuida-se de Recurso interposto do ato declarou habilitada a licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.. Contudo, por desatender requisito técnico imposto pelo Edital, a licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. merece ter sua proposta desclassificada.

A ora Recorrente manifestou-se, oportunamente, sobre sua intenção de



interpor recurso e apresenta suas razões recursais, tempestivamente.

II – RAZÕES DO RECURSO

II. A – DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. – DESATENDIMENTO A REQUISITOS DO EDITAL

Conforme narrado anteriormente, pugna-se pela nulidade do ato que habilitou a licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., em virtude de desatendimento aos requisitos e condições previstas no Edital.

Na sessão de pregão eletrônico, ocorrida no dia 29 de dezembro de 2020, a licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Apresentou proposta para os itens abaixo como se fossem genuínos, entretanto, não é a realidade:

VENCEDORES DO PROCESSO

Município de Barra do Rio Azul
Município de Barra do Rio Azul
Departamento de Licitações de Barra do Rio Azul/RS
Pregão Eletrônico 003/2020

Retropartes Peças e Serviços Ltda - Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 08.459.946/0001-22

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
0001	ANEL DE VEDAÇÃO (3290411)	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 2.190,00	R\$ 4.380,00
0002	ANEL 7S4571	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 118,00	R\$ 236,00
0003	ANEL 4D6895	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 79,00	R\$ 158,00
0004	CALÇO 6G3212	GENUINO	GENUINO	1 PÇ	R\$ 760,00	R\$ 760,00
0005	ARRUELA 5476515	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 3.200,00	R\$ 6.400,00
0006	RETENTOR 8D3902	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 225,00	R\$ 450,00
0007	ANEL 2184406	GENUINO	GENUINO	4 PÇ	R\$ 1.140,00	R\$ 4.560,00
0008	JUNTA 3D2981	GENUINO	GENUINO	4 PÇ	R\$ 85,00	R\$ 340,00
0009	JUNTA 3B3147	GENUINO	GENUINO	8 PÇ	R\$ 45,00	R\$ 360,00
0010	JUNTA 2G9791	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 95,00	R\$ 190,00
0011	BUJÃO 3603680	GENUINO	GENUINO	2 PÇ	R\$ 155,00	R\$ 310,00
0012	ÓLEO DE TRANSMISSÃO C/20 LITROS 7X7858	GENUINO	GENUINO	6 BD	R\$ 522,50	R\$ 3.135,00
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 21.279,00	

Valor Total: R\$ 21.279,00

No que tange ao objeto licitado, ao trazer as especificações técnicas esperadas do objeto que será adquirido, exige que as peças sejam genuínas, conforme transcrição abaixo:

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de peças genuínas faz-se necessária por se tratar de uma máquina que se constitui de um patrimônio do Município de Barra do Rio Azul – RS, com valor relativamente considerável e que, deve ser preservada e mantida de maneira adequada uma vez que, seguramente, o equipamento ganhará uma sobrevida útil significativa.

Ainda, traz que não serão aceitas peças que não sejam genuínas:

17.2. Não serão aceitos, no momento da entrega, peças de marcas e/ou especificações diferentes daqueles constantes na proposta vencedora, ou seja, as peças licitadas deverão ser obrigatoriamente GENUINAS.

Vamos entender o significado de tal exigência para que o equipamento do Município tenha sobrevida útil significativa:

Genuínas

São peças de reposição que seguem as mesmas especificações e características técnicas exigidas para a peça utilizada na linha de montagem do veículo. Elas são apresentadas exclusivamente na embalagem da marca, e sua comercialização ocorre somente nas redes de concessionárias autorizadas.

Considerando que as peças que o Município busca adquirir são para o equipamento de marca CATERPILLAR, cumpre-nos ressaltar que somente nossa empresa, **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A, é a única distribuidora que tem contrato de distribuição com a CATERPILLAR para a comercialização de produtos, peças e serviços de assistência técnica no território para a Região Sul do País, conforme CARTA DE EXCLUSIVIDADE anexa.**

Para fins de apresentação, e para que esta sirva como documento de qualificação de V.Sas. perante órgãos do governo, empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como outras entidades de direito público e privado, DECLARAMOS que **PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.** é distribuidora autorizada dos produtos marca Cat® no território compreendido pelos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estando devidamente habilitada, consequentemente, para comercializar os produtos referidos acima.

Nessa qualidade, na presente data, a Paraná Equipamentos S.A. é a única distribuidora que tem contratos de distribuição com a Caterpillar para a comercialização de produtos, peças e serviços de assistência técnica no território de serviço acima descrito, não possuindo direito de exclusividade sobre a distribuição de produtos.

Dessa forma, a empresa **licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**, ofertou peças alegando ser GENUÍNAS sem que pudesse ver,



pois não é revendedor exclusivo da marca CATERPILLAR. Ou seja, evidente que a proposta apresentada pela **licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.** deve ser desclassificada, considerando que não atendeu as exigências previstas no Edital.

Ao permitir a participação de uma proposta que não atende ao requisito formal, a Administração acabou por “flexibilizar” as regras atinentes ao certame, conduta violadora do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Porém, não pode a Administração admitir exceções às regras descritas pelo Edital, aceitando a apresentação de documento em desconformidade com o exigido.

Nestes termos, resta evidente a nulidade do ato que sagrou como vencedora do certame a **licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**, considerando que não atendeu ao requisito CRUCIAL do Edital, que exige peças GENUÍNAS.

Vislumbra-se, portanto, a inadequação da proposta sagrada vencedora, por estar em desconformidade com o ato convocatório, assim, diante da flagrante ilegalidade do ato, a nulidade do mesmo se impõe, devendo a Administração declarar desclassificada a licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA..

II. B – DA IMPOSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA LICITANTE RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

De se consignar que a definição do objeto, bem como quanto a documentação necessária para participação, pelo Edital, com enumeração dos requisitos não se cuida de mera descrição leviana, trata-se de delinear as condições que venham a atender ao interesse público.

Neste desiderato, convém anotar que a Administração tem o dever de assegurar aos participantes da licitação que o objeto almejado está definido em parâmetros e elementos que traduzem fielmente sua adequação e composição, de modo a se evitar a apresentação de propostas com base em realidade que não mais existe e a necessidade de termos aditivos que acabam por descaracterizar o objeto licitado.

Por tais razões, em homenagem aos princípios norteadores das compras públicas, bem como para zelar pela fiel observância dos termos do edital, a Administração não teria discricionariedade para manter a classificação de proposta que não atende aos requisitos exigidos pelo edital.

Ao fazê-lo, a conduta da Administração vai de encontro com as “regras do jogo”.

A desclassificação de proposta, por desconformidade com o Edital, é amparada pelo art. 43, IV, da Lei 8.666/93 e art. 4º, VII, da Lei 10.520/2002, vinculando tanto à Administração e seus participantes.

Como se vê a modalidade Pregão (Lei 10.520/02) também se insere neste contexto, sendo essencial proceder a conformidade das propostas, em relação às exigências do edital antes do início dos lances, para equalizar todas as ofertas/propostas apresentadas, tornando justa a disputa pelos lances.

Diante da flagrante ilegalidade do ato, a nulidade do mesmo se impõe, devendo a Administração **declarar desclassificada a licitante RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA..**

III – DO EFEITO SUSPENSIVO

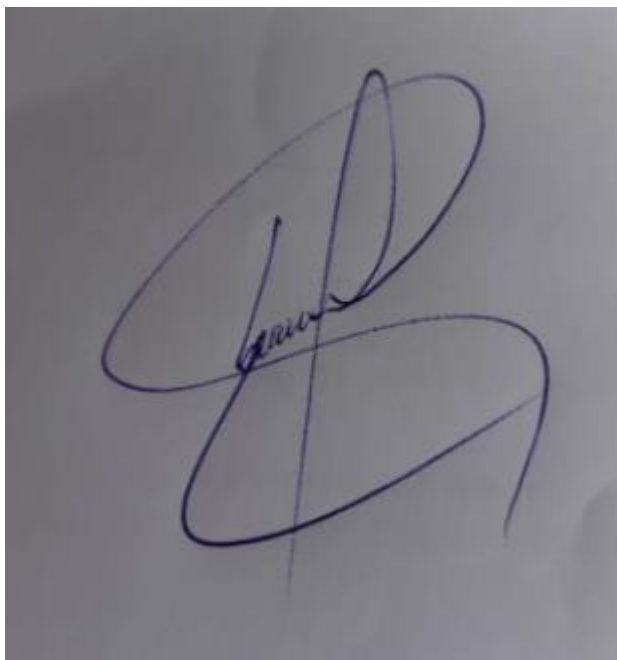
Com esteio no art. 109, § 2º da Lei 8.666/1993, a recorrente requer seja conferido efeito suspensivo a este recurso, uma vez que o acolhimento deste acarretará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento (vícios insanáveis). Neste sentido, requer seja atribuído efeito suspensivo a este recurso.

IV - REQUERIMENTO FINAL

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) Seja conhecido o presente Recurso, vez que apresentado tempestivamente e em observância aos requisitos legais;
- b) Seja atribuído efeito suspensivo ao Recurso;
- c) Seja o Recurso provido, a fim seja declarada a desclassificação da proposta apresentada pela proponente **RETROPARTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**

Nestes termos,
Pede deferimento.
Curitiba, 31 de dezembro de 2020.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Ubirajara dos Santos Rodrigues', is written over a large, stylized circular mark that resembles a stylized 'R' or a large loop.

PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
Ubirajara dos Santos Rodrigues
Procurador